



AGENDAS LOCAIS, NA SEMANA DO MEIO AMBIENTE EM PELOTAS.

SILVA, Ana Carla Isquierdo¹- OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de²

¹ Acadêmica de Ciências Sociais UFPel, (anacarlaisquierdo@hotmail.com).

² Prof. do Departamento de Ciências Sociais - UFS (wjfo2001@ig.com.br).

1. INTRODUÇÃO

Desde a década 1980, têm se observado uma forte imbricação entre “lutas ambientais” e “sociais”, resultado de uma maior aproximação entre associações ambientalistas, sindicatos, partidos políticos e ONGs “sociais” vinculadas à defesa de causas ambientais (LOUREIRO; PACHECO, 1995). Um dos principais efeitos dessa maior articulação entre “lutas sociais” e ambientais foi o aumento considerável da quantidade de organizações, das bandeiras de luta, das formas de intervenção e dos confrontos e divisões vinculadas à defesa de causas ambientais. Em consonância com isso, tem-se observado que os repertórios de ação coletiva na defesa do meio ambiente sofreram acentuadas modificações.

Este trabalho analisa as dinâmicas de constituição de agendas locais voltadas à proteção do meio ambiente. Através dessa investigação busca-se analisar a forma com que essas agendas são apresentadas a comunidade e o espaço que elas ocupam na imprensa local escrita. Para isso, são examinadas as relações entre o recurso a tais repertórios de ação militante, os tipos de causas defendidas e as características sociais das organizações e das lideranças que promovem e sustentam tais mobilizações.

As análises são feitas com base no levantamento de artigos de jornais sobre a temática ambiental, a utilização de manifestações, de protestos e de políticas públicas, em dois jornais diários da cidade de Pelotas: o Diário da Manhã e o Diário Popular. Toma-se essas ações como uma situação exemplar para a observação empírica do maior entrelaçamento das redes de liderança de diferentes organizações e movimentos sociais vinculados à defesa de causas ambientais, analisando os tipos de enfoque, a quantidade de reportagens, o lugar e o espaço que ocupam nos diários pesquisados.

Com base em tais orientações levanta-se a hipótese de que as transformações das formas de manifestação e de protestos coletivos estão estreitamente ligadas às características particulares do contexto político nacional e internacional, na medida em que o tipo de contexto influencia a conformação dos tipos de causas, assim como dos respectivos atores, recursos e vínculos associados ao ativismo ambientalista. Nesse sentido, pode-se dizer que, no caso brasileiro, o contexto político denominado como de “abertura política” e de “redemocratização” constitui

um marco do aparecimento de novos repertórios de ação coletiva na defesa de causas ambientais. Todavia, paralelo à modificação de um contexto de “fechamento” do sistema político para outro de “abertura política”, trata-se de salientar também que as modificações dos repertórios de ação coletiva colocados em prática na defesa ambiental decorrem de transformações significativas nas bases sociais do ativismo ambiental (OLIVEIRA, 2008^a). Dessa forma, a investigação demonstrou que até o início dos anos de 1970, as formas de mobilização em defesa de causas ambientais eram realizadas por lideranças cuja atuação em associações ambientalistas estava estreitamente vinculada à ocupação de cargos nos setores “técnico-científicos” e na burocracia estatal da época: tratava-se, por um lado, de naturalistas, botânicos, jornalistas, escritores e políticos e, por outro, de agentes que exerciam funções públicas ou burocráticas na administração estatal (OLIVEIRA, 2008b). Diferentemente do que acontecia nessa fase “conservacionista” ou “preservacionista”, os anos de 1970 se caracterizam pelo aparecimento de novos repertórios de ação coletiva (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007): ações de denúncia, de mobilização da opinião pública, organização de manifestações de rua e de campanhas de politização de diversos temas, etc.

Tal proposta está alicerçada em discussões e confrontos relativos ao estudo dos chamados “movimentos sociais”, uma vez que foi a partir das análises sobre essa temática que se desenvolveram algumas das principais ferramentas analíticas para a investigação empírica das condições de emergência e das dinâmicas das manifestações, protestos e políticas públicas em defesa de causas ambientais (NÉVEU, 1996; GOHN, 1997; EDER, 2002). Todavia, na literatura nacional ainda são recentes os trabalhos que focalizam essa questão como objeto de investigação empírica. Isso porque a temática dos movimentos sociais emergiu nas ciências sociais brasileiras durante o processo de redemocratização, o qual se caracterizou por uma grande proliferação de organizações e “movimentos sociais” vinculados às mobilizações pela “democratização (MISCHE, 1997). Trata-se de um contexto político no qual estava em jogo, também para as camadas escolarizadas e intelectuais, a afirmação e o exercício de seu papel de “ator político” pela inserção em manifestações da “sociedade civil” e através de estratégias voltadas para fora do meio intelectual, tais como os partidos políticos, os movimentos sociais e as classes populares (PÉCAUT, 1990).

2. MATERIAL E MÉTODOS

O material utilizado como fonte de informação consistiu, primeiramente, no levantamento de documentos e publicações sobre a história do movimento ambientalista, com o intuito de fazer um inventário do surgimento, das especificidades e das principais mudanças nos repertórios de ação coletiva que têm caracterizado as mobilizações ambientalistas entre 1970-2008. Em segundo lugar, na constituição de um banco de dados com base na coleta de artigos de jornais de âmbito regional sobre os protestos ambientais realizados entre 1997-2008, com o fim de elaborar uma espécie de “mapa” das diferentes modalidades de causas ambientais que são objeto de protestos públicos e do conjunto de organizações e lideranças que promovem e dão sustentação a tais mobilizações. Em terceiro lugar, na realização de entrevistas biográficas (BEAUD; WEBER, 1998) com as principais lideranças que exerceram o papel de “pessoa-ponte” (MISCHE, 1997) entre os diferentes tipos de organizações e movimentos vinculados aos protestos realizados, com o objetivo de apreender suas trajetórias sociais, militantes e profissionais, seus

vínculos anteriores e suas militâncias múltiplas em organizações e movimentos sociais diversificados.

De maneira mais específica, foi utilizado para fazer análise da agenda local, um conjunto de reportagens veiculadas na imprensa escrita local sobre a semana do meio ambiente, de 1990 até 2008. Para fazer a discussão desta mudança nas formas de manifestações, protestos e das chamadas políticas públicas, em um âmbito local, foram analisadas 413 reportagens de 1990 a 2008. Sendo destas 250 do Diário Popular e 163 do Diário da Manhã.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do conjunto de 413 reportagens encontradas, observa-se primeiramente que apenas 7,5% são da seção capa, que 28,1% são do caderno “cidade”, 9,9% no caderno “geral” e 8,8% no caderno “zona sul”. Com esses dados pode se perceber que as manifestações, protestos e políticas públicas sobre o meio ambiente, não ocupam um lugar muito destacado nas reportagens de capa, pois representam um percentual de apenas 7,5% do total das notícias. No que diz respeito às ações que mais aparecem noticiadas, as “palestras” somam a maior parte com 22,5%, os projetos (políticas públicas) com 11,6%, seguido pelas matérias do “editorial” com 9,9%. Assim se observam que os trabalhos de conscientização e/ ou de discussão sobre o meio ambiente estão em primeiro lugar na quantidade de atividades noticiadas, o que nos remete ao crescimento da preocupação com a conscientização ambiental, sendo, que essas palestras são organizadas pelas mais diversas instituições. Das entidades que promoveram tais ações 40,4% eram de alguma forma ligada ao governo, 14,8 eram ações individuais e 11,1% eram de empresas particulares, o que confirma o maior forte imbricação entre “lutas ambientais”, “sociais” e políticas. Entre as ONGs (organizações não governamentais) as que mais proporcionaram ações foram o Centro de Estudos Ambientais que esteve envolvido em 47,6% das ações, seguido pela Organização Lagoa Limpa com 11,9% e pelo Grupo de Apoio ao Tain e o Greenpeace representando 7,1%. Com exceção do Greenpeace, as outras ONGs são organizações locais que representam a diversificação de entidades atuando em diversas áreas e/ou nas mesmas causas, resultado da abertura política das últimas décadas. Sobre as temáticas pode-se dizer que mudam o enfoque conforme se muda o momento político da região, mais a temática que mais esteve em evidência no período pesquisado é a área social e/ ou cultural, que representa 35,6% das ações, enquanto que sobre o tema “florestas” temos 12,1% seguida por ações que tratam do meio ambiente urbano (habitação, transporte) com 10,9%. Nesse sentido, pode-se dizer que a área social é constante em todos os períodos, enquanto que a discussão sobre florestas começa a aparecer somente a partir de 1999, tendo seu pico em 2007 com a presença das empresas de celulose na região. Além disso, observa-se um crescimento de ações envolvendo escolas e universidades, trazendo com isto a discussão da institucionalização do ativismo ambiental. Os resultados obtidos pela pesquisa demonstram um crescimento constante de ações ligadas ao meio ambiente, sendo que os protestos e manifestações foram em menor número, surgindo então, um novo repertório de ações, como as políticas públicas tanto em forma de leis como de conscientização e a discussão dos assuntos ligados ao meio ambiente. Eles demonstram, assim, o forte entrelaçamento de vários setores da sociedade, de modo que as ações

promovidas com parcerias pode ser analisada como um fator condicionante dessa nova realidade das manifestações, protestos e políticas públicas de proteção ambiental.

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos demonstram um aumento constante do número de ações em defesa de causas ambientais decorrentes da maior institucionalização e profissionalização da luta ambiental. O que se pode observar também são os tipos de enfoque, a quantidade de reportagens, o lugar e o espaço que ocupam nos diários pesquisados. Eles evidenciam que um dos principais desafios levantados pela observação desse aumento de manifestações, protestos ambientais e políticas públicas, diz respeito à apreensão de sua importância para as dinâmicas internas de organização e de articulação das organizações e lideranças vinculadas à defesa de causas ambientais.

As análises das agendas locais demonstram que o enfoque dado às questões relacionadas ao meio ambiente também são condicionadas pelos eventos paralelos, que acontecem na região, como a FENADOCE, ou se o ano em questão for ano de eleições, o calendário eleitoral, de modo que pode haver menos enfoque das agendas a questão ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, A., COSTA, V., MACIEL, D. O Processo de Formação da Rede de Ativismo Ambientalista no Brasil. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife, 29 de maio-6 de junho de 2007.
- BEAUD, S. & WEBER, F. Guide de l'Enquête de Terrain. Paris, La Découverte, 1998.
- EDER, K. A Nova Política de Classe. Bauru-SP, EDUSC, 2002.
- GOHN, M. G. Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo, Loyola, 1997.
- LOUREIRO, M. R.; PACHECO, R. S. Formação e Consolidação do Campo Ambiental no Brasil: Consensos e disputas (1972-1992). Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, out/dez, vol 29, nº 4, 1995, p. 137-153.
- MISCHE, A. "De Estudantes a Cidadãos. Redes de Jovens e Participação Política". In: Revista Brasileira de Educação, nº. 5 e 6, p. 134-150, 1997.
- NÉVEU, E. Sociologie des Mouvements Sociaux. Paris, La Découverte, 1996.
- OLIVEIRA, W. J. F. de. Abertura Política, Militância Múltipla e Proliferação de Protestos Públicos em Defesa de Causas Ambientais. Cadernos CERU (USP), 2008a.
- OLIVEIRA, W. J. F. Gênese e Redefinições do Militantismo Ambientalista no Brasil. Rio de Janeiro, Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 51, nº3, 2008b, p. 751-777.
- PÉCAUT, D. Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o povo e a nação. São Paulo, Ática, 1990.